

ORIENTAÇÃO TÉCNICA N.º 9/2013
(alteração da Orientação Técnica n.º 2/2010)

SISTEMA DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO
QUALIFICAR +, SI TURISMO E SI INTERNACIONALIZAÇÃO

**LIMITES À ELEGIBILIDADE DE DESPESAS, CONDIÇÕES
ESPECÍFICAS DE APLICAÇÃO DAS DESPESAS ELEGÍVEIS**
/
VOLUME DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL

Nos termos estabelecidos nos Regulamentos dos diferentes sistemas de incentivos ao investimento, definem-se, nos pontos que se seguem, limites à elegibilidade de despesas e condições específicas à sua aplicação, assim como a clarificação do entendimento relativo ao indicador “Volume de negócios internacional”:

1. No âmbito das despesas de deslocação relacionadas com a Promoção Internacional, e para além das regras definidas em sede de Regulamentação específica, estabelecem-se as seguintes regras e limites máximos à elegibilidade das referidas despesas:

a) Consideram-se elegíveis despesas com deslocação e estadia de **dois** representantes do beneficiário por cada ação de promoção/evento, com os seguintes limites por representante:

- a1. Viagens de comboio e avião em classe económica (inclui a da Madeira até o território continental), até ao limite de €750 em deslocações para a Europa e de €1200 em deslocações para fora do espaço europeu;
- a2. Alojamento no estrangeiro até ao limite de €250/noite.

b) Para além do estabelecido na alínea a) anterior, no âmbito da prospeção de mercados, estabelecem-se ainda os seguintes limites:

b.1 Missões, contato direto com a procura internacional e prospeção a feiras internacionais no estrangeiro na qualidade de visitante **(sem espaço de exposição)**:

b1.1.- 4 (quatro) deslocações por mercado (país) e por ano.

b1.2.- Duração máxima de 5 (cinco) dias.

b.2 Prospeção a feiras internacionais no estrangeiro na qualidade de expositor **(com espaço de exposição)**: Pela duração da feira, sendo igualmente considerado e quando aplicável o dia imediatamente anterior e posterior à feira.

b.3 Ações de promoção internacional realizadas em território regional e continental que tenham por objetivo a valorização da oferta regional em mercados internacionais (ex: visitas à RAM de jornalistas, opinion-makers e importadores para conhecimento da oferta, etc, desde que devidamente discriminadas e justificadas no quadro do projeto):

b3.1 - Deslocação e estadia de um representante de cada uma das entidades envolvidas e por cada ação de promoção/evento, com os limites estabelecidos nas alíneas a1) e a2) anterior.

b3.2 – 2 (duas) deslocações por ano.

b3.3.- Duração máxima de 5 (cinco) dias.

c) Não são elegíveis despesas com:

- c1. Deslocações em território regional e continental, com exceção das referidas na alínea b.3) e a.1) – viagens entre a Madeira e o continente;
- c2. Deslocações em viatura própria ou de aluguer;
- c3. *Transfers*, exceto quanto incluídos nas ações referidas na alínea b.3);
- c4. Ajudas de custos, encargos com alimentação e senhas de presença;

2. A necessidade de deslocação relacionada com a Promoção Internacional deve estar devidamente sustentada e justificada por relatórios contendo informação respeitante a locais e países de destino, representantes do beneficiário envolvidos, motivos da deslocação, plano de trabalhos, parceiros contactados e resultados da ação de prospeção.

3. No âmbito da análise das candidaturas e dos pedidos de pagamento, incumbe ao Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM (IDE, IP-RAM), na qualidade de Organismo Coordenador, avaliar a exequibilidade das acções incluídas nos projectos, a adequação das mesmas aos objectivos visados e a razoabilidade dos custos, devendo introduzir os ajustamentos adequados.

4. Por forma a clarificar o entendimento relativo ao indicador “**Volume de negócios internacional**”, estabelece-se o seguinte:

- a) O indicador “Volume de Negócios Internacional” é constituído pelo somatório das vendas de produtos, mercadorias e prestação de serviços destinados aos mercados externos.

No caso de empresas com atividade no sector do Turismo ao nível dos empreendimentos turísticos, o “volume de negócios internacional” pode ser aferido tendo por base o número de dormidas de turistas estrangeiros apurado em função dos documentos emitidos pela empresa para efeitos estatísticos e da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

Para as empresas que prestem serviços no âmbito da Zona Franca da Madeira, o indicador “Volume de Negócios Internacional” será analisado caso a caso.

- b) As vendas e prestação de serviços ao exterior devem encontrar-se relevadas na contabilidade da empresa e a sua comprovação deve ser suportada nos dados incluídos na declaração anual da empresa constante na IES - Informação Empresarial Simplificada.
- c) O conceito “Volume de Negócios Internacional” inclui ainda a Prestação de Serviços a não residentes e as vendas ao exterior indiretas. Estes conceitos são definidos da seguinte forma:

c.1) Prestação de Serviços a não residentes – é apenas aplicável ao sector do Turismo e inclui alojamento, restauração e outras atividades declaradas de interesse para o Turismo, devendo estas encontrar-se relevadas na contabilidade da empresa e a sua comprovação feita através da IES.

c.2) Vendas ao Exterior Indiretas - vendas (apenas produtos e mercadorias) a clientes no mercado nacional quando estas venham a ser incorporadas e/ou revendidas no mercado externo.

O beneficiário deve identificar no formulário de candidatura o cliente exportador e respetiva faturação, podendo o Organismo Coordenador, em sede de candidatura e em sede de acompanhamento do mesmo, solicitar comprovativos dos cálculos apresentados sobre o montante apurado de vendas ao exterior indiretas.

A Diretora da Direção de Gestão de Instrumentos de Apoio

Ana Cristina Batista Gouveia Fernandes

O Gestor dos Sistemas de Incentivos às Empresas e Compensação dos Sobrecustos

José Jorge dos Santos F. Faria

Data: 12-04-2013